

PERIFERIA QUE TRANSFORMA: A CULTURA DE SUJEITAS/OS PERIFÉRICAS/OS



IV SICCAL

[GT3 - TERRITÓRIO E CONFLITOS URBANOS]

Brenda Silva

Universidade de São Paulo (USP)

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Neste artigo recupero elementos do fenômeno urbano *periferia* para (re)conhecermos a atuação de sujeitas/os periféricas/os na realização de algumas práticas artísticas e que *também* são recursos políticos e informacionais que geram processos de mudanças sociais ao ressignificar o território *periferia*. Para isso conheceremos *periferia* nas pesquisas acadêmicas, o contexto que antecede as periferias e seu surgimento na cidade de São Paulo, a proposição de *periferia* como sistema cultural, a força da voz e da escuta em práticas culturais periféricas, bem como seu a possibilidade contra-hegemônico dessas práticas.

Palavras-chave: Periferia. Sistema cultural. Oralidade. Sujeitos periféricos.

In this article I recover elements of the urban periphery phenomenon to (re) know the performance of the peripheral subjects in the accomplishment of some artistic practices and that are also political and informational resources that generate processes of social changes by resignifying the peripheral territory. For this we will know periphery in academic research, the context that precedes the peripheries and their emergence in the city of São Paulo, the proposition of periphery as a cultural system, the strength of voice and listening in peripheral cultural practices, as well as its counter-possibility. hegemonic of these practices.

Keywords: Periphery. Cultural System. Orality. Peripheral subjects.

En este artículo recupero elementos del fenómeno de la periferia urbana para (re) conocer el desempeño de los sujetos periféricos en la realización de algunas prácticas artísticas y que también son recursos políticos e informativos que generan procesos de cambios sociales al ressignificar el territorio periférico. Para esto conoceremos la *periferia* en la investigación académica, el contexto que precede a las periferias y su surgimiento en la ciudad de São Paulo, la propuesta de la *periferia* como sistema cultural, la fuerza de la voz y la escucha en las prácticas culturales periféricas, así como su contra-posibilidad. hegemónica de estas prácticas.

Palabras clave: Periferia. Sistema cultural. Oralidad. Sujetos periféricos.

Este artigo é parte de dissertação de mestrado¹ realizado no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política – PROMUSP, na Escola de Artes Ciência e Humanidades – EACH da Universidade de São Paulo – USP em que eu investiguei a relação entre *periferia* e a universidade pública contemporânea.

Aqui recupero elementos do fenômeno urbano *periferia* para (re)conhecermos a atuação de sujeitas/os periféricas/os na realização de algumas práticas artísticas e que *também* são recursos políticos e informacionais que geram processos de mudanças sociais ao ressignificar o território *periferia*. Para isso conheceremos *periferia* nas pesquisas acadêmicas, o contexto que antecede as periferias e seu surgimento na cidade de São Paulo, a proposição de *periferia* como sistema cultural, a força da voz e da escuta em práticas culturais periféricas, bem como seu a possibilidade contra-hegemônico dessas práticas.

Periferia nas pesquisas acadêmicas

No Brasil, a USP concentra a maior produção de pesquisas sobre *periferia*, que majoritariamente concentra-se nos programas de Geografia Humana e e Antropologia Social. Apesar da maior parte das pesquisas acadêmicas desenvolvidas nos programas da USP articularem *periferia* à categoria

¹ Intitulada “‘Faz isso por nós, faz essa por nós’: reflexões sobre a periferia como sistema cultural e a universidade pública contemporânea”.

território em perspectiva miltoniana, as pesquisas pouco ou em nada recuperam a dimensão cultural das e nas periferias o que, considerando a referência que tomam, fragiliza a própria interpretação destas pesquisas. Além disso, essa fragilidade reduz o fenômeno das periferias urbanas ao binômio “violência e pobreza”, contribuindo para a estigmatização tanto do lugar *periferia*, quanto de sua população.

Para me aproximar das pesquisas acadêmicas que abordam o tema “*periferia*” empreendi busca em bancos de teses e dissertações e bibliotecas eletrônicas. Em cada acervo virtual eu configurava os recursos de cada plataforma para encontrar dissertações de mestrado, teses de doutorado e teses de livre-docência que tivesse como palavra-chave, assunto ou descritor da pesquisa o termo “*periferia*”. Num trabalho acadêmico palavras-chave, assuntos e descritores servem para caracterizar aspectos relevantes da pesquisa.

Considerando que a *periferia* e seus moradores constantemente são temas de pesquisas e intervenções acadêmicas, imaginava que, minimamente, o termo poderia aparecer como um descritor destas pesquisas. Então, em cada acervo virtual eu configurava os recursos de cada plataforma para encontrar dissertações de mestrado, teses de doutorado e teses de livre-docência que tivesse como palavra-chave ou assunto o termo “*periferia*”.

Assim, realizei essa configuração na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, no Catálogo de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES. Busquei ainda, com configuração similar de pesquisa

no acervo da SciELO, entretanto nessa plataforma a busca foi por artigos acadêmicos ao invés de dissertações e teses, por sua própria característica.

Essa configuração de busca resultou em pesquisas relevantes, mas não me pareciam suficientes para organizar e interpretar os resultados, pois algumas informações importantes para esse exercício não estavam disponíveis. A ausência de um acervo unificado e atualizado que congregue essas informações torna necessário a busca em acervos individuais, contudo a diferença das informações disponibilizadas em cada acervo dificulta a reunião dessas informações, como a ausência de recursos para exportar os resultados para manejo posterior.

Além disso, não há informações sobre a frequência com que o acervo é atualizado, se o acervo anterior à virtualização dos

trabalhos foi ou não disponibilizado integralmente, tendo inclusive numa mesma instituição acervos que se sobrepõem. Por isso passei a realizar o mesmo parâmetro de pesquisas realizado anteriormente em acervos individuais de instituições acadêmicas. Por uma maior proximidade geográfica dos territórios em que trânsito nesta pesquisa, elegi os acervos das universidades públicas do Estado de São Paulo. Também influenciaram nessa decisão a percepção de que nos acervos de base nacional, CAPES e BDTD, as universidades paulistas concentram a maior parte das pesquisas que foram filtradas.

Com isso, realizei a busca no acervo virtual da Universidade Federal do ABC – UFABC, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Universidade de São Paulo – USP.

[Tabela 1]
Dissertações e Teses com a palavra-chave “periferia”

Universidade	Data de Criação	Nº de Programas de Pós-Graduação	Trabalhos com o termo “Periferia”	
			Dissertações	Teses
UFABC	2005	26	1	0
UNESP	1976	138	5	4
UFSCAR	1968	56	9	8
UNICAMP	1966	80	19	8
UNIFESP	1994	53	6	0
USP	1966	266	67	36

Elaborada pela autora.

O acervo da USP é o mais robusto tanto entre as universidades públicas no estado de São Paulo, quanto nos acervos nacionais, motivo que levou-me a analisar especificamente a produção nessa universidade.

Então, a busca no acervo digital da USP alcançou 103 resultados, sendo 67 dissertações de mestrado e 36 teses de doutorado. Não há nenhuma tese de livre-docência cujo termo “periferia” conste como palavra-chave

registrado nesse acervo². Quanto à área do conhecimento desses trabalhos, os 103 resultados inserem-se em 28 diferentes áreas do conhecimento. Em nível de mestrado os trabalhos abarcam 22 áreas do conhecimento e em nível de doutorado 15 áreas do conhecimento. No acervo em análise, existem 778 áreas do conhecimento registradas. Portanto, essas 28 diferentes áreas, representam 3,6% de todas as áreas do conhecimento existentes na base.

As áreas que mais concentram trabalhos em nível de mestrado é a de Geografia Humana (17), Estudos culturais (7), Educação (7) e Antropologia Social (5). Já em nível de doutorado as teses de doutorado estão nas áreas de Geografia Humana (10), Antropologia Social (7) e Sociologia (4).

Com isso podemos, então, considerar que nas pesquisas acadêmicas desenvolvidas na Universidade de São Paulo, apenas 3,6% das áreas do conhecimento desenvolveram pesquisas com palavras-chave “periferia” e que estas pesquisas concentraram-se, em ambos os níveis, nas áreas da Geografia Humana (27), da Antropologia Social (13) e dos Estudos Culturais (7), que juntas reúnem 47 trabalhos – 45,6% do total de trabalhos encontrados.

A partir desses 103 trabalhos identificados, busquei no texto de seus resumos e sumários se contemplariam a reflexão ou construção do que é *periferia*. Dessa

leitura de resumos e sumários, cheguei a 33 trabalhos identificados, ou seja, 32,1%. É a partir da leitura e análise destes trabalhos que retomo aqui aspectos importantes que nortearam a formulação do termo *periferia* no âmbito acadêmico.

Antes disso, cabe comentar que apesar das pesquisas trabalharem com o tema *periferia*, tal conceituação não foi um tópico estruturante na maior parte dos trabalhos – 70 trabalhos, o que corresponde à 67,9% do total de trabalhos identificados. Nesse sentido, apesar de “periferia” ser uma palavra-chave destas pesquisas, os autores não sentiram necessidade de conceituar ou contextualizar o que é ou como é *periferia*. Assim como tantas outras pesquisadoras/es não acharam relevante informar que desenvolviam suas pesquisas em *periferias*. Esse aspecto me faz inferir estas/es pesquisadoras/es³ consideraram que o termo *periferia* já está suficientemente dado na literatura, compreendido ou mesmo superado, portanto aderiram ao sentido mais hegemônico de *periferia*, não sendo necessário torná-lo um tópico específico para compreensão e desenvolvimento de suas pesquisas. Esse sentido favorece a tomada de *periferia* de modo objetificado em pesquisas, diminuindo a possibilidade de percebermos a *periferia* como *referência*, como produtora de conhecimento, como modo de pensar e agir. É esse sentido que rouba da *periferia* o reconhecimento de seus saberes.

² Importante lembrar que não significa que não haja tese de livre-docência produzida na USP que tenha como palavra-chave o termo “periferia”. A disponibilização de tal pesquisa depende também da autorização da/o pesquisadora/or tornar público a submissão no repositório da instituição.

³ Também é possível que o sentido de *periferia* que adotaram em suas pesquisas estivesse diluído no texto, o que só a leitura e análise de cada trabalho poderia apreender. Da mesma forma, pesquisas que não utilizaram o descritor “periferia” podem ter realizado esse exercício. O que estou compartilhando aqui é como eu refleti e construí esse caminho.

Seguindo a forma de pensamento que iniciei, debrucei-me nos trabalhos que *necessariamente* situavam a reflexão ou construção do sentido de como compreendiam a periferia em suas pesquisas, ao qual compartilho a seguir.

Do estudo das dissertações e teses associadas à área da Geografia Humana, a compreensão sobre periferia relaciona-se com o processo de industrialização, urbanização e metropolização:

uma boa parte das pesquisas nesse campo, ao se referir aos estudos urbanos principalmente, leva em conta muito mais a abordagem acerca das áreas, regiões ou territórios de exercem uma centralidade, normalmente realçando o seu poderio econômico, tecnológico, científico, etc. É evidente que esses estudos são de profunda importância para a geografia. No entanto, alguns trabalhos que concederam ênfase demasiada à discussão das centralidades, não só deixaram de entender que os lugares periféricos são a condição de existência das centralidades, como também, e muito em função desse primeiro aspecto, deixaram de destacar a construção de um discurso geográfico que remetesse à noção de totalidade (ainda que essa apresente nuances quanto ao seu entendimento) (CARVALHO, 2010, p. 53).

O termo *periferia* é utilizado para designar uma área socioespacial, geralmente distante do centro, onde vivem pessoas de baixa renda e há uma insuficiência dos recursos necessários para viver na cidade, especialmente serviços públicos. Andre Luiz de CARVALHO, ao reconstruir a ideia sobre periferia no contexto geográfico, conta que “com o passar do tempo, o termo

periferia passa a ser comumente utilizado nos estudos de geografia urbana. Ele passa a ser enfatizado porque a reprodução da desigualdade no capitalismo refletiu no espaço, a partir da formação da periferia” (2010, p. 53). Esse sentido ganhou força na geografia, conforme a área desenvolvia estudos sobre o urbano. O urbano surge na geografia como uma transformação da paisagem, como o resultado do processo de industrialização, processo que ocorre de forma mundializada. A formação da periferia é uma forma singular desse processo: “A periferia da metrópole, nesse sentido, deve ser entendida enquanto resultado do aprofundamento das relações capitalistas que, por sua vez, levaram à sua crescente valorização e à condição de objeto de especulação” (CARVALHO, 2010, p. 108).

Na geografia, os estudos que primeiro trataram desse tema, deram maior ênfase aos centros formados para a industrialização. Posteriormente é que o interesse pelos processos produzidos a partir da industrialização tornam-se temas de pesquisa, surgindo assim o interesse pelo tema periferia.

Outro aspecto que auxiliou o desenvolvimento de um olhar para a periferia nas cidades, foi a compreensão de que a industrialização do Brasil se insere num contexto mundial e neste contexto a inserção do Brasil é *periférica* — expressão que também foi utilizada em diferentes áreas, como economia e sociologia, para descrever a forma como o Brasil se localizava num contexto mundial. Essa expressão indicava que o Brasil não estava no centro do poder, mas que existia de maneira acessória a ele. Este movimento e percepção em diferentes ordens de grandeza sobre o Brasil na periferia do mundo também auxilia a reflexão

sobre a periferia *nas cidades* – São Paulo e Rio de Janeiro despontam nesse processo, mas o processo, com suas devidas singularidades, se repete em outras capitais e regiões.

Se, na ordem de grandeza mundo, o Brasil era a periferia e era acessório aos países no centro, então, na ordem de grandeza da cidade, em que os estudos até então se debruçaram no estudo dos centros, o que, então era acessório ao centro das cidades? É *também* por meio dessa reflexão que a geografia descobre a periferia como tema de pesquisa no campo dos estudos urbanos.

É importante lembrar que existe uma tradição brasileira nos estudos sobre a periferia. Ao comentar sobre esse histórico nos estudos acadêmicos sobre o processo de formação de periferização e metropolização, Milena Mateuzi CARMO, pesquisadora contemporânea sobre periferia, conta que:

Os pesquisadores acadêmicos estiveram sempre atentos a este processo. Os primeiros estudos centravam-se em análises estruturais com forte viés marxista, buscando entender a forma como se consolidava o capitalismo nos países periféricos. Trata-se de uma literatura fortemente engajada nas pautas políticas do desenvolvimento da América Latina, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970 (2017, p. 46).

Já no trabalho de Milene Peixoto Ávila, temos uma síntese sobre o percurso dos sentidos de periferia, para além do espaço geográfico físico e análises estruturais:

A palavra periferia, nesse sentido, deixa de ser empregada apenas como um referencial

geográfico – para designar os bairros “mais afastados da cidade” –, ou como expressão de uma desigualdade de acesso ao solo urbano – “o lugar dos mais pobres”, pois constitui uma série de representações da cidade e da própria sociedade.

A relação de oposição da periferia com o centro da cidade está presente, tanto numa definição mais geográfica quanto na abordagem antropológica. Isso porque essa oposição, muitas vezes, nos discursos dos moradores é transposta para uma forma de significação, assumindo um caráter de oposição mais geral, entendido como nós (os pobres) x eles (os ricos) (ÁVILA, 2006, p. 37).

A pesquisa de Ávila, é uma das poucas pesquisas sobre periferia, fora dos centros urbanos. Sua dissertação de mestrado, intitulada “Periferia é periferia em qualquer lugar?”, observa o debate acadêmico sobre *periferia* e, percebendo as diferenças de uma *periferia* num centro urbano, e *periferia* numa cidade do interior, ela vai caracterizar uma *periferia interiorana* – uma noção mais aproximada com a ideia de subúrbio. Ávila então, nos explica que

Dos estudos analisados, podemos considerar consenso que a periferia é o lugar de concentração dos mais pobres, com péssimas condições de infra-estrutura e carências materiais. É também uma palavra que se define por oposição a um centro, seja este o centro da cidade, ou o centro do poder. Mas por exemplo, a partir do momento que procuramos entender as representações que os moradores fazem de seu local de moradia, essa concepção de periferia parece ser bem mais flexível e dinâmica, suscitando, por várias razões, um exercício de relativização do significado que o termo assumiu (ÁVILA, 2006, p. 38).

Já nos estudos de Tiaraju D'Andrea, em que investiga a formação dos sujeitos periféricos, o pesquisador aponta que:

Os primeiros intelectuais latinoamericanos que buscaram fundamentar aquilo que seria uma espécie de *teoria da urbanização na periferia do capitalismo* o fizeram relacionando a urbanização a processos como a *dependência econômica*, o *subdesenvolvimento* e o *imperialismo*. Seguindo essa senda, os intelectuais brasileiros pioneiros em uma reflexão sobre a questão se apoiaram, mormente, na obra do francês Manuel Castells. Assim sendo, construíram uma teoria sobre o urbano na qual a produção deste era um *reflexo* da produção econômica, ou seja, não havia na obra destes autores uma teorização sobre as formas próprias assumidas pela produção capitalista especificamente por meio do ambiente urbano (2013, p. 38).

Em sua pesquisa Tiaraju D'Andrea também reconstrói um percurso sobre o sentido de periferia, identificando que o termo primeiramente teve uma preponderância no contexto acadêmico, para só depois ser apropriado pelos moradores das periferias, disputando assim o seu sentido e conferindo-lhe, então, diferentes significados:

[...] o termo *periferia* foi primeiramente utilizado pela academia. Com o passar do tempo e com a troca de informações entre intelectuais, movimentos sociais populares e moradores da periferia, estes passaram a montar um quadro explicativo sobre as desigualdades territoriais e urbanas que continha uma série de termos e conceituações, do qual *periferia* era apenas um deles, sendo mais ou menos utilizado. Desse modo,

ressalta-se que o termo teve importância para a produção acadêmica que se dedicou aos estudos urbanos, foi utilizado em maior ou menor escala por moradores da periferia e movimentos sociais populares, e foi apropriado posteriormente por jovens da periferia que pontencializaram a utilização desse termo, já com outros sentidos e figurações (D'ANDREA, 2013, p. 44-45).

A tese de D'Andrea é, em minha percepção, uma das leituras contemporâneas que melhor consegue sistematizar a transição e ampliação de periferia como lugar/território, para a amplitude de um *ethos* e *fazer político* que esse modo de vida condensa. Tiarajú é um *sujeito periférico*, expressão que ele desenvolve no trabalho dele e que falaremos daqui a pouco. A forma de pensamento, as referências, a construção de seu texto se faz a partir *desse lugar, da força desse lugar, desse modo de vida compartilhada*. É daí que vem a minha sensação de “*é isso aí que esse cara está dizendo*”.

Nesse momento, acredito ser relevante, então, dois aspectos essenciais sobre a ampliação do sentido de *periferia* que esse autor indica:

a) A *preponderância* sobre a utilização do termo *periferia* passou a ser apropriada por meio da arte:

De fato, a *preponderância* sobre a utilização do termo *periferia* começou a mudar de mãos quando uma série de artistas e produtores culturais oriundos de bairros populares começou a pautar publicamente como esse fenômeno geográfico/social e subjetivo deveria ser narrado e abordado” (D'Andrea, 2013, p. 46).

b) A compreensão de que mais do que um lugar geográfico pobre e violento, periferia não era *só ausências*, é um modo compartilhado, e que as/os artistas moradores desses lugares contribuíram grandemente para a apropriação e disputa do significado desse termo:

Nessa dinâmica histórica, o movimento artístico foi um dos que melhor catalisou as impossibilidades da política, passando a fazer política por meio da atividade artística, consolidando periferia como um modo compartilhado de estar no mundo, um posicionamento político e um discurso ressemantizador sobre o que venha a ser periferia (D'Andrea, 2013, p. 45).

Este segundo aspecto essencial para a compreensão do ressemantização do que é *periferia*, permite-me também uma percepção, interpretação e proposição da periferia como *sistema cultural*. E é aí que reside minha compreensão sobre periferia. *É um lugar/ espaço geográfico/ território?* Sim. Mas até aí, muitos lugares o são. *Têm violência e pobreza?* Sim, uma violência e pobreza produzida por uma modelo de produção de vida capitalista, não como algo nato. Portanto, nem é esse seu caráter, nem é ela própria que se produz assim. *É fruto do conflito advindo entre capital e trabalho?* Sim, mas existem diversas formas de expressão da questão social. *É afastado do centro?* Muitas vezes, sim, mas também não é o que lhe determina, uma vez que existem “periferias” no centro. Diversas outras questões que parecem definir periferia poderiam ser feitas, mas com limites similares.

Até aqui, ancorei-me nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação em nível *stricto sensu* da Universidade de

São Paulo – USP disponibilizadas ao público. Entretanto, essa não é a única forma de sistematizar pesquisas e compartilhar seus resultados, inclusive essa abordagem encontra limites já mencionados quanto a forma de publicização dessas pesquisas. Por isso é importante ressaltar que essa tradição brasileira nos estudos sobre periferia, já sistematiza pesquisas sobre o que hoje chamamos de periferia há, pelo menos, cinco décadas e contribuiu para a formação do ideário sobre periferia, até mesmo nomeando-a assim, até que os moradores da periferia passassem também a utilizar e significar o termo.

Kowarick (1979, 1985); Nabil Bondouki e Raquel Rolnik (1979); Teresa Caldeira (1984, 1986), Eunice Durham (1973), Renata Bichir e Eduardo Marques (2003) são algumas das autoras e autores que contribuem com essa tradição e aos interessados numa *arqueologia* do tema, recomendo um aprofundamento. Aqui, contudo não é meu objetivo detalhar ou recuperar essas bibliografias, pois para o sentido desse artigo, é nas gerações mais recentes que ressoou, é de periferia como identidade e como sistema cultural que me aproprio.

Antes das periferias

Em 2019 a cidade de São Paulo completou 465 anos. A fundação da vila de São Paulo de Piratininga se dá com a construção do Colégio São Paulo de Piratininga e foi realizada por Jesuítas. Sua inauguração, 25 de janeiro, é a data em que se comemora a conversão do Apóstolo São Paulo e que passou a ser a data de aniversário da cidade.

Os Jesuítas pertenciam a Companhia de Jesus, uma ordem católica com a missão de espalhar a fé católica no mundo. Para isso, dedicavam-se principalmente ao ensino, evangelizando crianças. Os Jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, junto com Tomé de Souza, Governador Geral, e eram chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega (TOMASEVICIUS FILHO, 2004).

Na época, os Jesuítas já haviam se fixado em Salvador e a navegação para o sul do país tinha o intuito de disseminar o cristianismo para os povos originários. Concomitante a isso, a Coroa Portuguesa outorgara capitânicas para dar conta da tarefa de descobrir os recursos que o Brasil poderia lhe prover, ante ao processo de exploração.

Assim, havia um interesse português em “entrar” no sertão brasileiro em busca, principalmente, de metais preciosas, ao mesmo tempo em que os Jesuítas queriam adentrar a costa para catequizar os povos originários. Os Jesuítas já haviam identificado uma região acima da Serra do Mar, que era um dos desafios naturais a serem superados para o trânsito que vinha do interior do estado e solicitaram à Coroa Portuguesa a autorização para a construção de um colégio destinado à catequese (TOMASEVICIUS FILHO, 2004).

A região escolhida para erguer a Igreja que hoje dá lugar ao Pateo do Colégio, no centro histórico da cidade, à época, era um lugar estratégico, entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí. Além dos rios, sinônimo de recursos e mobilidade naquele período, o lugar era um bom pouso entre o litoral e o interior. Nesse período o litoral era um lugar extremamente relevante, por ser por onde se acessava o mar e consequentemente

caminhos ao mundo, especialmente para escoar os produtos que a coroa Portuguesa retiraria do Brasil.

É importante lembrar que o processo de colonização de Portugal ainda era uma fase exploratória das riquezas do país. Por “exploratória”, podemos destacar o empreendimento das *bandeiras* e também da missão jesuíta - o primeiro para “desbravar”, o segundo para converter, um projeto que serviu para amansar os povos originários pela força ou pela fé. Nesse período, Portugal encontrava dificuldades em colonizar um lugar tão grande quanto o Brasil, por isso a estratégia das *capitânicas hereditárias* possibilitaram dividir essa tarefa entre ricos senhores portugueses e esses *empreendiam* esforços para a exploração da nova colônia.

Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente, foi responsável por iniciar a ocupação da região e criar a infraestrutura necessária para a fixação de portugueses no território. Para isso, doou sesmarias, construiu fortalezas, e iniciou cana de açúcar na capitania, construindo um engenho de beneficiamento.

O cultivo da cana e a fabricação do açúcar foram introduzidos no Brasil no início do século XVI pelos portugueses. Por se constituir no mais importante empreendimento agrícola e comercial dos séculos XVI e XVII, a cana-de-açúcar modificou a relevância do território brasileiro para seus colonizadores. Experiências isoladas já ocorriam no Nordeste, mas foi com a implantação da Capitania de São Vicente, por seu donatário Martim Afonso de Souza, que foram criadas, a partir de 1532, as condições para as instalações e o funcionamento mais adequado

dos primeiros engenhos do litoral sul do país (USP, 2018).

Com a produção da cana de açúcar, ocupar o Brasil já se tornava rentável aos colonizadores. No entanto, outra estratégia também foi utilizada para identificar os recursos humanos e materiais que o poderia ser explorados no Brasil: as bandeiras.

Nesse período, a escravização africana ainda não era amplamente explorada e sim a escravização dos povos originários, a quem os portugueses nomearam como índios. As bandeiras era uma estratégia para reconhecer os recursos da nova colônia e isso também significava *aprender* com os novos povos. Como esse aprendizado visava a exploração e subjugação dos povos originários, esses aprendizados dificilmente foram reconhecidos como conhecimento humano desses povos, tal qual o conhecimento produzido em Portugal.

Contudo, foi a partir desse aprendizado com os povos originários que os bandeirantes puderam seguir com seu projeto de apoio à colonização do Brasil. Digo isso para lembrar que os caminhos percorridos pelos bandeirantes, baseavam-se nos conhecimentos dos povos originários que já existiam aqui.

Apesar dos bandeirantes terem se beneficiado dos conhecimentos que as diferentes etnias dos povos originários compartilharam, isso não aparece na narrativa bandeirante. Ao contrário, ainda hoje valoriza-se o percurso de cada bandeirante, como se fosse um percurso intuitivo, desafiador, *desbravador*. Certamente o era por ser algo desconhecido aos bandeirantes, mas já existiam dinâmicas de tráfego

interno em toda Abya Ayala. O bandeirante precisava, antes de tudo, conhecer os povos originários, para então poder subjugar-los — exceto quando a intenção era dizimá-los, sem dominá-los.

As novas fronteiras e modificações da paisagem natural encobrem também a história dos povos originários que viveram nesta região, e ainda a de outros africanas e africanos, negras e negros em diáspora, que desde a invasão dos portugueses sofreram processos de expulsão, desterritorialização, aculturação e genocídio. Apesar disso, um olhar menos colonialista permitiria perceber a permanência de elementos desses povos, especialmente nos nomes ainda em uso de algumas regiões.

A cidade revela em suas ruas e bairros um fragmento de memória. Por vezes, quando investigamos, o nome é um lampejo, uma brecha, uma fresta, por onde se pode tentar acessar a memória daquele território. Jabaquara, Moema, Graúna, Guanhembú, Grajaú, Tanay, M'boi Mirim, Ibirapuera, Jaraguá, Itaquera, Guaianases, Ipiranga, Mooca, Tatuapé, Sapopemba, Butantã, Pacaembu, Pirajuçara, Itaim, Peri Peri, Aricanduva, Jurubatuba... Por vezes os nomes têm relação com a paisagem natural do lugar, e aí a gente pode *imaginar* como era o território. A nomeação das paisagem em língua indígena, toponímia, nos indica *quem* foi que realmente conhecia e via o lugar. Perceber ainda hoje a presença de palavras na língua dos povos originários no cotidiano da cidade de São Paulo, também indica quem a nomeou primeiro.

Portanto, a fundação do Colégio de São Paulo de Piratiniga, foi a semente da cidade de São Paulo e pode ter ocorrido

pela proximidade com o litoral, pela possibilidade de mobilidade pelos rios — lugar de passagem; pela relação com os povos originários e por ser ponto de estratégico para os bandeirantes.

Retomei aspectos do surgimento da cidade e das bandeiras para contextualizar os seguintes pontos sobre a história que se conta de São Paulo:

- Surge de forma acessória, como lugar de passagem, fluxo desses processos/informações (bandeiras, povos originários, mercadorias, jesuítas);
- Surge como lugar de apoio para quem se desloca, quem migra (bandeirantes e povos originários);
- Surge como lugar de apoio para diferentes pessoas que não são oriundas daquele próprio lugar, mas que passam a viver ali (jesuítas).

Em seu surgimento, São Paulo reunia condições similares às condições que, quase quatro séculos depois, dariam origem às periferias da cidade de São Paulo. Retomar este breve percurso nos auxilia a compreender alguns amálgamas que formam o ideário social da cidade de São Paulo.

O surgimento de periferias na cidade de São Paulo

Em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos

nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos
(Carolina Maria de Jesus)⁴.

O desenvolvimento econômico de São Paulo no ciclo do café, baseado no uso da força de trabalho de africanas e africanos em situação de escravidão, permitiu o acúmulo das riquezas que auxiliaram o início da industrialização da cidade. O capital estrangeiro também investia em infraestrutura para poder explorar os serviços que seriam necessários ao novo modo de produção a ser desenvolvido.

A construção da Represa do Guarapiranga e da Represa Billings, inauguradas em 1909 e 1925, respectivamente, possibilitavam a geração de energia, explorada pela Cia Light and Power, de origem Inglesa e, posteriormente, a reserva de água para o abastecimento da cidade. A malha ferroviária, que já havia sido extremamente relevante para a economia do país e do estado, possibilitando o ciclo do café, também foi relevante para o transporte de pessoas. As mudanças no transporte, também favoreceram a circulação de pessoas e serviços entre as cidades. A Railway, que atuava no país desde 1867, também facilitou o trânsito de pessoas, matéria prima e mercadorias.

⁴ Trecho do livro Quarto de Despejo – Diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus. A autora é pioneira na produção literária sobre favela, na condição de favelada.

Em 1935, após anexar Santo Amaro⁵, São Paulo reunia, então, tanto infraestrutura para sediar as indústrias, quanto era um lugar estratégico para escoar a produção, por meio de estradas, malha ferroviária, e fácil acesso ao Porto de Santos, ainda hoje o mais importante do país. Além disso, a cidade já recebera, além da população africana que fora trazida à força, diferentes povos, desde o período da colônia, convivendo com diferentes culturas. A cidade passa então a sediar indústrias na região central da cidade e também na região central da antiga cidade de Santo Amaro, agora zona sul do município.

Mesmo que o Censo de 1940 contasse que a população da cidade de São Paulo possuía 1.326.261 habitantes, a força de trabalho necessária para a construção tanto da cidade, como para seu funcionamento, eram insuficientes. O desenvolvimento industrial atraiu milhares de pessoas, especialmente as que encontravam dificuldade de subsistências em suas cidades de origem. O nordeste do país, por exemplo, havia enfrentado séculos de exploração de suas

⁵ Quase tão antiga quanto São Paulo é Santo Amaro. Fundada em 1560, também por Jesuítas, até o ciclo do café, Santo Amaro possuía maior relevância que São Paulo e era um município independente de São Paulo. Até que em 1935 o presidente Getúlio Vargas decidiu, de forma unilateral, anexá-lo e subordiná-lo à São Paulo. Ao fazer isso, São Paulo quase aumentou sua sua extensão territorial em cerca de 530km², passou a contar com mais um pólo industrial, duas represas, clubes de veraneio, autódromo, aeroporto, recursos naturais e principalmente recursos energéticos, que ainda não possuía de forma autônoma e herdou uma população de aproximadamente 27 mil pessoas, das quais apenas 10mil vivia na área urbana de Santo Amaro. Desde o final dos anos 20, a cidade de São Paulo já contava com seu primeiro milhão de habitantes.

riquezas e ocupação, sem receber o investimento necessário para que seguisse sendo rico. O fim do ciclo do açúcar e a produção da seca e do semiárido, deixaram a região com grandes desafios, forçando sua população e migrar para viver.

São Paulo e Região passaram a atrair a população brasileira para trabalhar nos postos sem os quais São Paulo não teria ascendido e se consolidado como potência econômica. Apesar do capitalista ter investido na infraestrutura para seus pólos de produção, não houve investimentos a infraestrutura da cidade para acomodar a população que chegava.

Nos anos 20, a população migrante que chegava, encontrava muitos postos de trabalhos, mas encontrava também um alto custo de manutenção de sua própria subsistência, já que o custo de moradia consumia parcela importante da renda recebida. As possibilidades de moradias, eram por meio de pagamento de aluguéis aos proprietário de imóveis mais antigos na cidade. Os imóveis, casarões que antigamente abrigavam uma única família ou diferentes gerações de um grupo familiar, eram redestinados à moradias coletiva, plurifamiliares, *cortiços*. Mesmo nesse arranjo, a grande procura por quartos, mantinha o custo da moradia alto (LARA, 2012).

É nesse período que a favela e a construção do que conhecemos como periferia se tornam estratégias de moradia, reivindicando também melhores condições de trabalho. A periferia surge como o lugar dos pobres na cidade, o bairro que abriga a classe trabalhadora. Até mesmo os capitalistas chegaram a incentivar que trabalhadores adquirissem ou construíssem sua

casa própria, o que diminuiria o custo de vida da composição orgânica necessária ao modo de produção capitalista.

Com esses novos desafios, as/os trabalhadoras/es que chegam em São Paulo, começam a construir suas próprias moradias. Neste período a venda de terrenos, os loteamentos, é muito frequente e ocorre também por meio de grileiros, pessoas que não eram proprietárias dos terrenos que vendiam, mas loteavam áreas não tão habitadas nos arredores da região central da cidade e vendia-os. Além dos loteamentos, também ocorre a construção em terrenos sem intermediários, por ocupação, também em áreas afastadas das regiões centralizadas da cidade, alargando e urbanizando a cidade. Com isso, os novos bairros vão sendo construídos conforme a necessidade e a possibilidade de seus moradores. São realmente construídas por seus próprios moradores, que, durante a semana trabalham nas indústrias e aos fins de semana reúnem-se em mutirões e se auxiliam na construção de suas moradias (KAECKE, 2012). É comum que aos finais de semana, por exemplo, “um pai de família” vá “encher uma laje”. Quando possível, como retribuição, a família que recebeu a força de trabalho dos vizinhos, organizava um churrasco ou alguma outra refeição em agradecimento.

Com o processo de industrialização, a paisagem foi modificada e o espaço geográfico urbano passou a existir e também a sintetizar a questão social e materializar maiores contextos de desigualdades sociais e pobreza que a modernização do modo de produção de vida social gerava. A população que passa a viver na cidade de São Paulo também se reorganiza, sendo que as populações negras e/ou pobres são empurradas

para áreas mais distantes — mesmo as que já *habitavam* ali antes dessa nova fase da industrialização e o argumento higienista é um dos fundamentos para essa expulsão. A atração que a cidade passa a ter faz com que populações de outros estados continuem migrando para a tal cidade *próspera* e estes já chegam ocupando territórios mais distantes da região central, fazendo parte do *crescimento na lógica do capital*⁶.

De fato, com a chegada de mais trabalhadores vindo de outras regiões do país, especialmente nordeste e norte, a cidade passa a contar com a força de trabalho necessária para consagrá-la no cenário econômico, político, social e cultural. Embalada pelo mítico bandeirante, a cidade realmente *acredita* que se tornou grandiosa com seu próprio esforço. É o arquétipo da meritocracia. Seu lema, em latim, “NON DVCOR, DVCOR” diz que “Não é conduzida, conduz”. Entretanto, apesar do mítica Bandeirante, foi a escravidão africana e dos povos originários e a extração da mais valia dos nordestinos que enriqueceu a cidade.

Portanto, podemos entender que, diferente do discurso dominante de que São Paulo carrega o Brasil, nota-se que foi o Brasil — e em alguns momentos o Mundo — quem precisou *carregar* São Paulo.

⁶ Na literatura sobre esse assunto, faz-se menção a *um crescimento desordenado*, no entanto, essa nomenclatura me incomoda. Da forma como aparece a expressão, interpreta-se que a população é desorganizada, desordenada, e há um certo moralismo na forma como se referem a esse crescimento, transfere-se a desordem para as/os sujeitas/os, quando, na realidade, o crescimento ocorre desta forma, em resposta a celeridade e indução do capital, cresce em resposta à sua lógica. Portanto, aqui refiro-me a *crescimento na lógica do capital*.

Periferia como sistema cultural

*Nem todo mundo que tá,
e Nem todo mundo é, tá.
(Bang - Emicida⁷)*

A compreensão de periferia *também* como um sistema cultural, em minha percepção, não deveria ser uma novidade. De fato, como vimos, já há uma longa produção de estudos sobre as periferias e, de certo modo, esses estudos não negam a dimensão das relações culturais estabelecidas na sociabilidade que ocorre nas periferias – apenas não as desenvolvem como parte importante para a interpretação das relações simbólicas que ali se singularizam.

Durante minha pesquisa, muitas vezes indicaram-me que o escopo dos Estudos Culturais talvez fossem mais adequados para meu processo de pesquisa. No entanto, inicialmente a análise cultural não era o objetivo de meus estudos – os processos de mudanças sociais mediados pela arte era o que me convidava à investigação. A análise cultural só passou a ter grande relevância em meu processo de pesquisa quando minha forma de ação e forma de pensamento – metodologia – passou conflitar com o modelo hegemônico de produção de conhecimento na universidade.

Nesse modelo, a compreensão sobre o lugar periferia é mitigado pela reprodução dos estigmas em torno da periferia. Como *sujeita periférica* para poder intercambiar os sentidos em que eu empregava o termo periferia e o

sentido hegemônico desse termo, precisei tanto reivindicá-lo como matriz de sociabilidade e conhecimento, como sistema cultural, quanto considerar meu pertencimento a ele.

Esse pertencimento é o que permite-me uma compreensão dos códigos e processos simbólicos que, talvez por não possuí-los, outras/os pesquisadoras/es reduzam o fenômeno periferia, reduzindo, inclusive, a própria compreensão de suas pesquisas. Assim, para que, minimamente, fosse possível a compreensão do sentido da minha pesquisa, passei a sistematizar alguns processos que compreendo como parte desse sistema cultural periférico, que é o percurso que apresentei até aqui. Antes de, finalmente, chegarmos a algumas práticas artísticas desse sistema cultural, quero ainda formalmente indicar as referências que permitiram-me propor periferia como sistema cultural.

Os primeiros insights vieram ainda nos processos de orientação, com a Profa. Marília Velardi, que sempre estimulou que eu refletisse que era esse “*periférico*” com o qual eu adjetivava as coisas. Assim, quando deparei-me com o texto “A arte como sistema cultural” de Clifford Geertz (1997), compreendi que essa adjetivação era a minha estratégia para nomear o sistema cultural a que eu me referia.

Em “A arte como sistema cultural”, Geertz indica que a arte expressa um sistema cultural. Sua elaboração chama a atenção para o equívoco que alguns estudiosos cometem ao analisarem artes não-ocidentais, quando, na verdade, eles próprios não são capazes de interpretá-las, por não compreenderem o sistema cultural em que elas se inserem.

⁷ Verso da música “Bang” do rapper Emicida.

É a incapacidade de compreender essa variedade que leva muitos dos estudiosos da arte não-ocidental, principalmente daquela a que chamamos de “arte primitiva”, a expressar um tipo de comentário que ouvimos com frequência: que os povos dessas culturas não falam, ou pouco falam, sobre arte. O que esses comentários, na verdade, querem dizer, é que, a não ser de forma lacônica, ou crítica, como se tivessem muito pouca esperança de serem compreendidos, os povos que esses estudiosos observam não falam de arte como eles, estudiosos, falam, ou como gostariam que os objetos de seus estudos falassem, em termos de propriedades formais, de seu conteúdo simbólico, de seus valores afetivos, e de seus elementos estilísticos (1997, p. 146-147).

Geertz passa a desenvolver seu pensamento de modo a caracterizar que a arte é expressão de uma determinada cultura e a relação de uma com a outra:

A capacidade de uma pintura fazer sentido (ou de poemas, melodias, edifícios, vasos, peças teatrais, ou estátuas), que varia de um povo para outro, bem assim como de um indivíduo para outro, é, como todas as outras capacidades plenamente humanas, um produto da experiência coletiva que vai bem mais além dessa própria experiência. O mesmo se aplica à capacidade ainda mais rara de criar sensibilidade onde não existia. A participação no sistema particular que chamamos de arte só se torna possível através da participação no sistema geral de formas simbólicas que chamamos de cultura, pois o primeiro sistema nada mais é que um setor

do segundo. Um teoria da arte, portanto, é, ao mesmo tempo, uma teoria da cultura e não um empreendimento autônomo (GEERTZ, 1997, p. 165).

Como eu disse, inicialmente minha pesquisa referia-se à arte, logo foi fácil compreender que o “periférico” com o qual eu adjetivava as coisas, era o sistema cultural ao qual aquelas artes pertenciam. Mesmo quando o contexto da pesquisa já não era mais a arte, afirmar a periferia também como um sistema cultural ainda era relevante para compreensão da pesquisa e da pesquisadora — “A unidade da forma e do conteúdo é, onde quer que ocorra, e seja em que grau ocorra, um feito cultural e não uma tautologia filosófica” (GEERTZ, 1971, p. 154).

As reflexões de Geertz já seriam suficientes para a ênfase que passo a empregar à análise cultural das periferias, entretanto a elaboração de Milton Santos (2002) em “A força do lugar” reafirma a compreensão da lógica geográfica da cultura como parte da *força do lugar*, característica que é sintetizada pelas/os sujeitas/os periféricas e que é negligenciada na produção acadêmica hegemônica sobre periferias.

Portanto, a defesa aqui é pela compreensão de periferia *também* como sistema cultural, pois não se nega, tampouco se conhece tudo, o que os estudos sobre periferias já sistematizaram. A questão maior é o significado do que foi sistematizado. Como sistema cultural, periferia exige a compreensão não apenas da materialidade com a qual se forma, mas os significados simbólicos que ela articula, exige o reconhecimento da complexidade peculiar que ela emana.

A força da voz e da escuta em práticas culturais periféricas

*Vídeo disso aqui na net? É claro que não tem meu aval
Porque computador não capta a emoção espiritual. Isso pra mim é um ritual [...] (Espírito Independente – MC Marechal⁸).*

Vimos alguns processos necessários para a formação de periferias na cidade de São Paulo e que elas são construídas tanto do ponto de vista de produção e reprodução da vida material, quanto do ponto de vista simbólico, gerando assim seu próprio sistema cultural, configurando uma lógica geográfica da cultura singular. Para isso, as populações que migraram para São Paulo, trouxeram suas culturas e histórias. Trouxeram-na tão *presentificadas* que as *reconstuíra* no novo lugar. A vizinhança em que eu cresci reconstruía os *nordestes* no modo de estar em São Paulo. Como essas culturas *já foram* formadas por culturas que haviam vivenciado o êxodo e diáspora, elas também já haviam resistido à processos de migração, sincretismo, amalgamento, etc. A cultura indígena e a cultura africana inclusive possuem cosmovisões construídas por meio de outra forma de ser, estar, compreender e se organizar no mundo, e, com a subjugação desses povos, por uma estratégia de dominação, essas cosmovisões foram desconfiguradas pela cultura europeia do período colonial, como estratégia de dominação.

Ainda assim, muitos elementos característicos dessas culturas ainda se

expressam nas novas formas e práticas culturais das periferias. Dentre elas destaco aqui aquelas características que parecem se repetir em algumas práticas culturais contemporâneas: a oralidade. A oralidade é um recurso informacional de grande importância no contexto periférico.

Para além de processos de vocalizar, “dar voz”, implica também num processo de “dar escuta”. Nos estudos de enunciação e local de fala, temos visto que, não se trata apenas de falar, mas de *quem* fala e também *quem lhe escuta*. Estruturalmente a sociedade não escuta de modo significativa muitas vezes. É o que Spivak (2010) problematiza em “Pode o subalterno falar?”. De sua elaboração, infiro que além de voz, as práticas culturais periféricas reivindicam a escuta. É na escuta que reconhecemos os outros, que reconhecemos-nos em sua humanidade. , seja de seus pares, seja dos outros. É na escuta que reconhecemos a fala do outro. Numa sociedade que não escuta as/os moradoras/es da periferia, o gesto de escutarem a si é um gesto instaura o diálogo. É a ação dialógica a ação básica para que existamos umas/uns nas/nos outras/os. Portanto, mais do que lugar de fala, trata-se da criação de lugares de escuta e da força que a voz e a escuta tece no lugar.

Nas periferias do Brasil, e mais fortemente nas da cidade de São Paulo, uma prática cultural singular surgiu e proliferou: os Saraus. Além dos Saraus, as Batalhas de Rima/*Freestyle*, já tradicionais na cultura Hip Hop, e os Slams de Poesia, sob influência e recriação de outras culturas mediadas pela oralidade, modificam a cena cultural da cidade.

Nesses espaços, apesar das peculiaridades de cada formato, a poesia falada –

⁸ Verso da música “Espírito Independente” do rapper MC Marechal.

spoken word e a performance da/o poeta singularizam a cultura e a identidade local criando um espaço de fruição artística, expressão, coletividade, pertencimento, reelaboração de subjetividades e comunhão.

As mudanças sociais promovidas singularizadas por essas práticas culturais despertaram em mim o interesse em compreender a dinâmica pela qual as/os poetas se relacionam com a sociedade, realizam a transmissão de saberes, consagram a periferia como sistema cultural e atualizam práticas ancestrais no espaço urbano - tais interesses já indicam algumas apreensões de minha vivência nesse contexto.

Saraus

Os saraus no contexto periférico surgiram na virada dos anos 90 para o século XXI. Anteriormente, a realização de saraus era associada a espaços artísticos da elite. No século XIX, os saraus eram uma forma de ostentar riquezas e apreciar a arte dita erudita produzida por um grupo de artistas, em geral também financiado por esta classe abastada. Já os saraus periféricos, não mantêm essas características e, muitas vezes, caminha na contramão dos seus antecessores e, ora seus participantes, ora seus organizadores, costumam ter posicionamentos críticos às elites.

A palavra “sarau” deriva do latim “*serum*”, em referência à tarde, período do dia em que os encontros de arte eram comumente realizados. Alguns documentos com memórias do século XIX como cartas, crônicas e músicas, por exemplo, relatam como esses momentos eram encontros luxuosos entre amigos, artista e figuras influentes da época, com o objetivo de tornar públicas

as criações de arte (PINHO, 2004 apud TENNINA, 2013, p. 11).

Ainda no século XX os saraus eram frequentes em meio à elite e alguns historiadores consideram que marcos da história da arte brasileira foram gestadas em seu interior:

O salão da Villa Kyrial, que, provavelmente, foi o berço do ‘nascimento’ da Semana de 22, era um dos mais importantes da época para os artistas paulistas. A chácara do gaúcho José de Freitas Valle, que foi para São Paulo para estudar Direito, era, na década de 1910, ponto de muitos artistas, e também o local onde se organizavam saraus literários, audições musicais, banquetes e ciclos de conferências dos quais participavam Lasar Segall, Guilherme de Almeida, Blaise Cendrars, Oswald de Andrade e Mário de Andrade, dentre outros (SILVA, 2004, p. 24).

Os Saraus, no entanto, ressurgem em um contexto extremamente distinto ao realizado nos salões nobres da cidade. Sérgio Vaz, um dos percussores dos saraus *periféricos* fundador do Sarau da Cooperifa, realizado semanalmente no Bar do Zé Batidão no Campo Limpo, periferia na zona sul de São Paulo, em entrevista para CUNHA (2013) explicita que a criação dos saraus foi uma resposta à escassez de espaços culturais em que pudessem não apenas apreciar, mas também produzir, vivenciar a arte:

[...] Os saraus representam hoje o que era para a classe média nos anos 60, aquela célula cultural. É onde você passa filmes, onde as pessoas se encontram para conversar, falar de poesia,

de literatura. Resignificou o bar, que agora tem outro conceito e não é só para falar de futebol e mulher. [...] Não foi uma ONG ou o governo que estimulou a leitura, foi o próprio povo que se apropriou disso (VAZ, apud CUNHA, 2013).

Para Sérgio Vaz, o bar é o espaço que Estado deixou para a periferia. A ausência de outros espaços culturais fez com que o bar se tornasse um espaço em que as pessoas se reúnem para descansar, festejar, ouvir e tocar samba, conversar sobre o bairro – “o bar é então a ágora, a assembleia, o teatro” (VAZ, apud TENNINA, 2016, p. 12).

Por outro lado, a disposição de *sujeitos periféricos* em criar espaços culturais, mesmo quando há uma conformação social para que ali não haja espaços assim, é instigante, conferindo-lhe características de resistência e contra-hegemonia, “é só isso o que a gente tem, então, é isso o que vamos transformar” (VAZ, apud TENNINA, 2016, p. 12). E não são apenas os Saraus. Esses *sujeitos periféricos*, fomentam também outros formatos de expressões, interferências, performances e oralidades, fomentando saraus, batalhas de rima e Slams de poesia.

Batalhas de rimas

As batalhas de rimas são competições de rimadores, poetas, improvisadores, mestres de cerimônia e outros, provenientes da cultura Hip Hop, que se assemelha aos duelos de repente da cultura nordestina. A competição por meio de batalhas tem alcance nacional, inclusive com competições nacionais e premiações, e ocorre, pelo menos, em dois formatos: “sangue” e “temática/ conhecimento”.

As batalhas de sangue referem-se às batalhas em que nos duelos todo conteúdo nas rimas é aceito, é um “vale-tudo” (falar mal da mãe, ofender o oponente, utilizar palavras de baixo calão, entre outros). Já as batalhas temáticas ou de/do conhecimento, ocorrem a partir de temas sugeridos pelo público e costumam não tolerar discursos que reproduzem opressões e valoriza a construção de argumentos críticos. Os duelos ocorrem em duas rodadas e havendo empate, ocorre a terceira. O público decide “fazendo barulho”: aplausos, assovios, gritos. Se não for possível decidir por meio do barulho/apoio, ocorre uma contagem de votos para verificar quem avança na competição. Em cada rodada, cada participante tem trinta segundos para atacar/defender (sangue) ou “passar sua visão” sobre o tema (conhecimento), seguindo o ritmo de um *beat*, uma base instrumental, um *beatbox* ou à capela mesmo.

Quando o tema sugerido na batalha de conhecimento é confuso ou desconhecido para algum participante ou mesmo para o público ouvinte, se pede que haja uma explicação sobre o assunto e aí quem sugeriu o tema expõe um pouco sobre ele e outras pessoas também podem complementar, para que então ocorra o desafio. Não há um conjunto de regras rígidas que normatize todas as batalhas, mas estas são características gerais comumente aceitas.

Há ainda batalhas de rima especificamente feminina ou LGBTQI+, fomentando a visibilidade de rimadoras/es que enfrentam um conjunto de opressões e que também produzem e interferem na cena. Em geral as batalhas de rima ocorrem espaços públicos como praças, marquises, calçadas, terminais de transporte público.

Slams de Poesia

Os *Slams* de poesia ganham cada vez mais espaço em São Paulo e outros estados, integrando-se a um movimento globalizado e adquirindo características locais, também ocupam espaços públicos.

Surgido em Chicago, EUA, no final dos anos 80, o *Poetry Slam*, hoje têm adeptos em diversos países e algumas competições internacionais e mundiais. Nos Slams, o duelo é por meio de poesias autorais, recitadas sem recursos adicionais, apenas a poesia falada, o *spoken word*, e o corpo da/o poeta. Geralmente as poesias podem ter duração de até três minutos e tradicionalmente um júri formado na hora atribui notas de 0 a 10, mas há forte manifestação e “barulho” do público geral.

Com a intenção de incluir pessoas surdas, grupo que teria maior dificuldade acesso à poesia falada alguns coletivos de arte criaram recursos que tornam possível a participação de pessoas surdas. É o caso do Slam Corpo, o 1º Slam de surdos e ouvintes do Brasil. O evento inicia com “corpo aberto”, momento no qual qualquer poeta pode apresentar um poema, e segue com uma batalha de poesias, na qual duplas de poetas (um surdo e um ouvinte ou um ouvinte e um intérprete de Libras) performam poesias nas duas línguas ao mesmo tempo. Os jurados são escolhidos na hora, eleitos do próprio público.

Já nos Saraus há uma maior diversidade de formatos, frequência, locais, linguagens. Das práticas culturais que valorizam a oralidade, é o formato mais popularizado nas periferias. Ocorre em bares, bibliotecas, praças, escolas, casas de cultura, escadões,

quintais e casas, entre outros. Podem ser exclusivos para literatura, mas também há os que admitem música, teatro, artes plásticas.

Os Saraus possuem uma característica de identidade e pertencimento ainda mais expressiva do que as modalidades anteriores e é comum nos referirmos aos poetas que lá frequentam como poeta daquele local, “Aninha do Perifatividade”, “Sérgio da Cooperifa”. Os Saraus não têm uma dimensão de competição/disputa individual e valoriza o acolhimento de todas/os – é comum, por exemplo, todos se cumprimentarem/ser cumprimentado por todos ao chegar num sarau, mesmo que não se conheça ninguém previamente. Entretanto, há alguns eventos em que se propõe competições entre os saraus e outros coletivos de poetas. Nestes casos, cada sarau participante se organiza como um time e participam da disputa de forma coletiva.

Há ainda uma características transversais às três modalidades que é o fomento à produção cultural. Neste campo cabem ações que vão desde a produção e publicação de livros, zines, clipes, roupas, acessórios, entre outros, até o surgimento e formação de profissionais que realizem estas produção/atividades.

A possibilidade contra-hegemônica na práticas culturais periféricas

Certamente que, tal qual um terreno com suas diversas sedimentações, o território da periferia de São Paulo acumula diversas camadas que formam seu

chão e em alguma medida confirmaria essa recorrência nas poesias. Pela nossa formação cultural, identificar a origem de cada matriz, a etimologia das culturas que compõe a periferia é um exercício arqueológico. Geralmente as/os poetas reivindicam a ancestralidade indígena e africana, por entender que estas estão apagadas e são desvalorizadas na contemporaneidade.

A celeridade, fragmentação, individualismo e invisibilidade produzida pelo espaço urbano, faz com que a angústia que as pessoas sentem nessa sociabilidade gere interferências na cidade. Essas interferências rompem com o isolamento urbano e instituem corpos-perfomáticos, numa a emulação/atualização/retomada de um modo de vida comunitário, ainda que espalhado em diversas partes da cidade e temporário.

Os espaços de expressão poética periférica não se referem unicamente à um espaço geográfico afastado do centro. Seu rito instaura uma dinâmica que vocaliza e cria um espaço-tempo presente distinto do vivido, podendo transmitir memórias ancestrais ou redesenhar um futuro. Há alguns signos e elementos que auxiliam na criação desse lugar. O ritmo, a batida, a presença, o flow, a comunicação por meio de versos/enigmas, a repetição e assiduidade das/os participantes, por exemplo, são elementos que dão corporeidade à poesia falada.

Esses são também elementos das culturas ancestrais que formam o solo das periferias e o passado de seus moradores, que por meio dessa vocalização saem da invisibilidade, (re)existem no espaço urbano, recontam suas histórias.

O primeiro Slam Poetry do Brasil, por exemplo, chama-se “ZAP!” acrônimo para Zona Autônoma da Palavra em referência ao pensamento de Hakim Bey (2001). E é na reflexão de Bey que também encontraremos uma elaboração consolidada sobre terrorismo poético como ação direta de interferência no espaço urbano. A interferência gerada por essas performances, têm também a capacidade de, ainda que temporariamente, desestruturar e reconfigurar o espaço urbano – e por isso são tidas como degradantes e não são valorizadas.

Hoje, mesmo tendo um alargamento em seus sentidos, periferia ainda contém a ideia de pobreza e violência e seus moradores ainda lidam com os estigmas decorrentes disso e também com a própria violência e pobreza. Contudo é impossível percorrer as periferias e não notar a atuação de coletivos culturais de diversas linguagens artísticas exercendo suas performances e compondo o corpo-urbano da cidade.

Esses coletivos são responsáveis pela formação de diversas/os sujeitas/os periféricas/os, que se engajam de diferentes formas, em especial as artísticas e aqui enfatizei as práticas mediadas pela poesia falada, para interferir no espaço urbano que produz a periferia e se relacionar com a cidade.

A popularização de práticas culturais periféricas têm possibilitado a resignificação do termo periferia e com isso a reivindicação da experiência urbana de morar na periferia como pertencimento a um sistema cultural específico. Permite também uma retomada da narrativa histórica de *quem é e como é* a periferia e assim os espaços de expressões poética das/nas periferias tornaram-se

espaços de reflexão, celebração e construção dessa narrativa contra-hegemônica.

A oralidade, torna-se um recurso acessível a maior parte da população e ao vocalizar-se por meio da poesia forma uma comunicação codificada. Inicialmente essa comunicação dirige-se apenas para quem compartilha da experiência urbana que é a vida na periferia, que é quem conseguirá decodificá-la plenamente. Apesar disso, esses espaços também se constituem como espaços de celebração da arte, de si, da poesia e acolhe também os que não são periféricos e se identificam com a fruição que ali acontece.

Como o rito da poesia falada invoca uma comunhão, induz à uma coletividade ampliada e transmite de forma cifrada o funcionamento daquele sistema cultural, é possível também que novas pessoas “se formem” naquela cultura. E assim, portanto, também produz uma forma de sobrevivência e sociabilidade que não seria possível fora deste arranjo e interferência no espaço urbano.

Inquietações finais

Se, como apontado por D’Andrea e aqui endossado, *sujeito periférico* é aquele que se reconhece como periférico, tem orgulho desta condição e age politicamente a partir desta identidade, e se a atuação de sujeitos periféricos, “periferia” deixou de ser conhecida apenas por violência e pobreza e passou a significar também cultura e potência, tal atuação também atualiza a forma de se organizar politicamente na cidade.

Infiro que de espaços como saraus, batalhas e slams de poesia – práticas culturais periféricas mediadas pela oralidade e que sintetizam a força do lugar – emergem gerações que se organizam politicamente, tanto para ter acesso à fruição artística e direito à cultura, quanto para enfrentar as expressões da questão social que o *periferia* sintetiza. Estas práticas culturais permitem a ressignificação do território periferia, numa forma contra-hegemônica de se organizar e intervir na cidade e a ampliando a experiência urbana de morar na periferia para uma experiência de pertencimento a um sistema cultural. ■

[BRENDA SILVA]

É *sujeita periférica*, Assistente Social, Educadora Popular e mestranda nos Programas de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (USP) e em Serviço Social e Políticas Sociais (UNIFESP). Atua enfrentamento de expressões da questão social por meio da força do lugar e também da arte.

E-mail: brendasilva@usp.br

Referências

ÁVILA, Milene Peixoto. **Periferia é periferia em qualquer lugar?** Antenor Garcia: estudo de uma periferia interiorana. Dissertação de mestrado. USP. 2006.

BICHIR, Renata; MARQUES, Eduardo. **Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo.** Espaço & Debates, v. 27, n. 42, p. 9-30, 2001.

BONDUKI, Nabil Georges; ROLNIK, Raquel. **Periferias:** ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1979.

CALDEIRA, Teresa Pereiro do Rio. **A política dos outros:** o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARMO, Milena Mateuzi. **Margem adentro:** políticas sociais, sujeitos e resistências na zona sul de São Paulo. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARVALHO, André Luiz de. **Metropolização e o discurso da modernidade na reposição da periferia:** o bairro do Cabuçu no município de Guarulhos. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CUNHA, Rafael Carneiro da. **Sérgio Vaz:** Sarau ajudou a criar identidade das pessoas com o bairro. Disponível em: <<http://vilamundo.org.br/2013/04/sergio-vaz-sarau-ajudou-a-criar-identidade-das-pessoas-com-o-bairro/>>. acessos em 18 jun 2018.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos:** cultura e política na periferia de São Paulo. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 2013.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. Editora Perspectiva, 1973.

_____. **A sociedade vista da periferia.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 1, p. 84-99, 1986.

GEERTZ, Clifford. **O saber local.** Petrópolis: Vozes. 1997.

HAKIM, Bey. **Zona Autônoma Temporária.** São Paulo: Conrad, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KAECKE, Janaina de Moraes. **Em torno das abordagens críticas ao espaço urbano**: os diferentes sentidos da periferia. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LARA, Fernão Lopes Ginez de. **Modernização e desenvolvimentismo**: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

SILVA, Brenda. **poéticas periféricas**: poesia falada e interferências no espaço urbano da cena paulistana. In: Kolokiartis Corpus Entropicus - Colóquio do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo da Universidade de São Paulo - PGEHA USP, 2018.

SILVA, Simone. **As rodas literárias nas décadas de 1920-30**: troca e reciprocidade no mundo do livro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG, 2010.

TENNINA, Lucía. **Saraus das periferias de São Paulo**: poesia entre tragos, silêncios e aplausos. *Estud. Lit. Bras. Contemp.*, Brasília, n. 42, p. 11-28, Dec. 2013. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182013000200001&lng=en&nrm=iso>. access on: 19 jun. 2018.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. **Breves notas às cartas de José de Anchieta**. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 99, p. 557-569, 2004.

USP (SP). Engenho. **Vozes do Engenho**. Brasil: [s. n.], 2018. Disponível em: <http://www.engenho.prceu.usp.br/vozes-do-engenho/>. Acesso em: 5 ago. 2019.